

AR, 26 de setembro de 2023

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

Agradecemos a oportunidade que dão à Liga dos Bombeiros Portugueses de poder apresentar as suas preocupações na Casa da Democracia.

Os Bombeiros são corpos de socorro imprescindíveis e insubstituíveis em todo o Mundo, mesmo que assumam outra designação. Os Bombeiros Portugueses, cuja história remonta ao reinado de D. João I, prestam um inestimável e imprescindível serviço à população no âmbito do transporte de doentes e da emergência pré-hospitalar, no combate a incêndios e em todas as situações de acidentes graves, catástrofes ou calamidades, estando presentes em mais de 98% das ocorrências em Portugal, num total de cerca de 2 milhões de mobilizações por ano. Todos nós já assistimos à intervenção dessas mulheres e homens em missões de socorro e salvamento, quer de forma direta, quer através da sua presença mediática, designadamente no combate a incêndios florestais (os quais representam apenas 7% da atividade dos Bombeiros), ou, mais recentemente, durante a pandemia COVID19.

Precisamos dos Bombeiros nos momentos de aflição, dia após dia, sem qualquer dia de intervalo, em estado de prontidão permanente e disponíveis, porque o seu desígnio é salvar pessoas, bens e ambiente, não olhando a quem precisa de socorro.

Por isso, a Liga dos Bombeiros Portugueses sente-se mandatada pelos Bombeiros de Portugal (mais de 40.000 bombeiros, 464 Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros, mais de 10.000 dirigentes associativos, mais de 2 milhões de sócios nas Associações Humanitárias de Bombeiros) e em memória dos que faleceram, para defender a sua atividade, a sua identidade, a sua dignidade e a sua honorabilidade.

Portugal, ao poder dispor de Bombeiros Voluntários, é uma Nação que tem um bem imaterial de valor incalculável. Desde logo, porque no princípio de definição do conceito de proteção civil, o mesmo envolve os cidadãos, que, neste caso, de forma organizada, apresentam uma capilaridade única de meios de socorro de

resposta às emergências, garantindo que uma parte substancial das despesas com a atividade de socorro sejam muito baixas, se comparadas com a total profissionalização dos Bombeiros em Portugal. Pelas nossas estimativas, a completa profissionalização dos nossos corpos de bombeiros poderá atingir o valor de 2 mil milhões de euros/ano.

Os Bombeiros precisam que olhemos para a nossa paisagem, para as nossas florestas, para os nossos hábitos, para o nosso território, para a nossa experiência e abandonemos experimentalismos ou lutas por protagonismos de classe, para nos centrarmos na verdadeira questão: defender as nossas florestas, os bens, a natureza e acima de tudo a vida dos nossos cidadãos.

Foi, por tudo isto, que ouvimos com elevada estranheza que um alto dirigente da Administração Central do Estado, na dependência do Primeiro-Ministro, figura pública na área da prevenção e do combate aos incêndios, cidadão cujas declarações a opinião pública, em geral, e a comunicação social, em particular, prestam atenção e atribuem credibilidade, tenha proferido no passado dia 27-07-2023, nesta Comissão de Agricultura e Pescas, numa Audição da entidade, AGÊNCIA PARA A GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS, I.P., tivesse feito afirmações contundentes para a imagem e honra dos Bombeiros portugueses e dos Municípios, designadamente, e citando:

*"E porque é que os corpos dos bombeiros recebem em função da área ardida?! É um incentivo perverso, não é?!"*

Estas duas afirmações do Presidente da AGIF, Doutor Tiago Oliveira, atingem diretamente a honorabilidade, a dignidade, a consideração social e a reputação profissional de que gozam todos os bombeiros em Portugal, sendo que, estava consciente da falsidade de tal imputação. Ou seja, o presidente da AGIF quis fazer crer nesta Comissão, onde prestou tais declarações, e também na opinião pública em geral, sabendo que a sua audição estava a ser transmitida no Canal Parlamento, que os bombeiros ganham de acordo com a área ardida e que quanto mais ganham mais prejudicado fica o interesse nacional, o que constitui uma profunda e inaceitável CALÚNIA, que queremos firmemente repudiar.

E, natural e inevitavelmente, ao usar o referido conceito de "*incentivo perverso*", levanta a suspeição, mais grave ainda, dos corpos de bombeiros poderem estar na génese dos incêndios... sendo que a suspeição é uma afirmação que levanta/suscita a probabilidade de existir ou ocorrer algo que é moralmente

indesejável ou juridicamente ilegal, embora sem se atrever a emitir uma opinião conclusiva acerca dessa possibilidade, o que reveste um carácter pernicioso pois dificulta mais a defesa por parte dos visados.

O presidente da AGIF poderia, posteriormente, ter corrigido as suas afirmações ou pedido desculpa. Porém não o fez, nem em público, nem por escrito. Lamentamos profundamente o que ocorreu e, ainda mais, a falta de percepção do Doutor Tiago Oliveira pela ofensa que teve para com os Bombeiros de Portugal.

Mas será que há inocência no processo? Não é essa a nossa visão. Pelo contrário, há intenção, tentando criar a dúvida, abrir caminho, procurar espaço para poder apresentar e defender uma ideia fixa de impor ao País um sistema de coordenação e de combate aos incêndios florestais que considere a divisão dos Bombeiros em dois grupos distintos: os Bombeiros Sapadores Florestais para combate nos espaços florestais e rurais e os Bombeiros Urbanos para defesa das infraestruturas e bens em aglomerados populacionais. Tremendo erro, caso os políticos portugueses aceitem um modelo retrógrado, desfasado do nosso ordenamento (ou melhor, desordenamento) territorial e que não conseguiu provar nos grandes incêndios florestais no corrente ano no Canadá. A quem servirá um modelo dual? Não será certamente às populações, à sociedade ou ao nosso País. Somos um território pequeno, com interfaces urbano-florestal intensos, com dispersão de povoamento, por isso temos de apostar naquilo que fizemos bem, diria muito bem este ano: diminuição do número de ignições em simultâneo, através da sensibilização e vigilância intensa e permanente; ataque inicial ampliado com todos os meios disponíveis; e forte dispositivo de resposta dos Bombeiros, colocando se necessário 1.000 bombeiros num teatro de operações, em muito pouco tempo, sem esperar 2 ou 3 dias para ver como os incêndios evoluem (algumas vezes evoluem mal e depois, quase sempre, conclui-se que a decisão da entidade que tem a responsabilidade de coordenar foi tardia). Estiveram bem os decisores políticos quando decidiram contratar 72 meios aéreos, esteve bem a coordenação quando implementou as sugestões operacionais que os Comandantes de Bombeiros e a Liga dos Bombeiros Portugueses tinha vindo a sugerir. Esteve mal a AGIF quando coloca em dúvida a capacidade operacional dos Bombeiros, em muito resultante dos apoios financeiros das Autarquias e o número de aeronaves

contratualizadas. Um erro de palmatória que poderia custar muito caro aos portugueses se a teoria apresentada tivesse sido seguida.

Com as Alterações Climáticas, a violência das chamas não se coaduna com um combate com enxadas e pás, e contrafogos. Combatem-se com meios adequados e promovendo iniciativas de supressão agressivas. As pás e as enxadas têm o seu espaço e o seu momento. Os contrafogos (ou fogo tático) têm a sua oportunidade. Não podem ser a solução para tudo, pelo menos no nosso território, caso queiramos ter um Portugal verde, amigo do ambiente e economicamente sustentável. Portugal necessita de reforçar os seus Bombeiros e de refletir se será adequado, do ponto de vista financeiro e organizacional, ter 5 principais forças de combate aos incêndios, sendo que a soma de 4 delas, não consegue colocar à disposição do combate mais de 600 mulheres e homens em cada período de trabalho, em contraponto com os 15.000 Bombeiros. Quanto a nós, este modelo merece uma profunda reflexão e estamos no momento de podermos corrigir decisões do passado que não se mostrem as mais adequadas. Haja coragem para discutir abertamente o que se passa de facto no terreno, pelo que pela nossa parte os Bombeiros estarão disponíveis para participar em qualquer fórum que, com verdade, queira discutir a organização do combate e aprender com as lições aprendidas, sem subterfúgios de qualquer ordem, sejam políticos, técnicos ou operacionais.

E para melhor ilustrar que de facto os Bombeiros não são financiados pela área ardida, tanto mais que o valor final atribuído ao conjunto dos corpos de bombeiros é fixado em Orçamento de Estado e não varia em função de qualquer atividade operacional (reafirmando-se que os incêndios florestais só representam 7% da atividade dos corpos de bombeiros), como é facilmente comprovável pelo facto de que desde a aprovação da Lei nº 94/2015, de 13 de agosto, nunca a Assembleia da República reforçou esse financiamento em anos trágicos como os resultantes do elevado número de incêndios florestais, permita-me Senhor Presidente que possa entregar um estudo elaborado pela Federação dos Bombeiros de Portalegre sobre esta matéria, em resposta às falsas afirmações do Doutor Tiago Oliveira.

António Nunes, Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses